



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2022**

**PROCESSO Nº 6809/2022**

**LICITAÇÃO Nº 22/CPL/2022**

**VALIDADE: 12 (doze) Meses a partir da assinatura.**

**ÓRGÃO GERENCIADOR: CHEFE DE GABINETE**

**SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE:** Secretaria Municipal de Administração

Aos 11 (onze) dias do mês de Novembro de 2022, na Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi– RJ, é celebrado o presente compromisso entre o **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, por intermédio PELO **Sr. Chefe de Gabinete Cleiton Dutra da Silva**, identidade nº 095226577, inscrito no CPF sob o nº 030.045.687-56, residente e domiciliado na rua Jonas Leal nº 785-Lages Paracambi-RJ Cep:26600-000, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a empresa **JE COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO LTDA** estabelecida na Rua Antonina, S/N QD 06, LOTE 04- Vila Canaan- Duque de Caxias-RJ, Cep: 25255-300 CNPJ nº 10.279.705/0001-43, doravante denominada **COMPROMITENTES**, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Batista da Mota, brasileiro, professor, casado, natural de Muriaé/ MG, residente e domiciliado na Rua 5, LT 02 Qd 07- Vila Canaan- Duque de Caxias/RJ CEP:25255-310 inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 016.508.607-65, RG nº 08.164565-7, de acordo com o processo administrativo nº **6809/2022**, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 5.267/2021 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 ainda o edital nº 22 /CPL/2022, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Parágrafo Primeiro – A presente ata tem por objeto vincular a **COMPROMITENTE** com o Sistema Registro de Preços do Município de Paracambi, **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS, PARA ATENDER NA MONTAGEM DE KIT NATALINO.**, conforme segue:

### **GRUPO I**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	MENOR PREÇO	MENOR PREÇO TOTAL
02	AVE NATALINA com aproximadamente 4 kgs – água, sal, glicose, estabilizante: tripolefosfato de sódio (ins45li), aromatizantes: aromas naturais (com óleo de semente de aipo), realçador de sabor. Glutamato monossódico. Não contém glúten.	UND.	1.800	AURORA	R\$ 83,50	R\$150.300,00
03	BOLSA TÉRMICA – Confeccionada em nylon 70, com alça tiracolo com regulagem. Impermeável, com capacidade de até 13 litros.	UND.	1.800	AURORA	R\$ 126,11	R\$ 226.998,00
					<b>VALOR TOTAL:</b>	<b>R\$ 377.298,00</b>

### **GRUPO II**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	MENOR PREÇO	MENOR PREÇO TOTAL
01	ALCATRA SUÍNA – aprox.700 gr. - carne branca suína, sem osso, temperado, água, sal. Proteína vegetal, aromas naturais, estabilizantes e antioxidantes em embalagem própria com selo de qualidade INMETRO.	UND.	1.800	AURORA	R\$ 28,35	R\$ 51.030,00
04	PANETONE – aprox. 500 gr. - Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, frutas cristalizadas (açúcar, manteiga, soro de leite, gordura vegetal, aromatizante e emulsificantes,	UND.	1.800	DI SANTO	R\$ 19,02	R\$ 34.236,00



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

	lectina de soja (INS 322) e éster de poliglicerol (INS 476), gordura vegetal, açúcar, ovo integral, gema de ovo, glucose, manteiga, sal, extrato de malte, óleo de milho, aromatizantes, emulsificante: mono e diglicerídeos de ácidos graxos (INS 471) conservadores: propionato de cálcio (INS 282) e ácido sórdico (INS 200) e corante sintético idêntico ao natural : beta caroteno (INS 160 a i) contém glúten.					
05	PICANHA SUÍNA aprox. 700gr. - carne branca suína, sem osso, temperado, água, sal, proteína vegetal, aromas naturais, estabilizantes e antioxidantes em embalagem própria com selo de qualidade INMETRO	UND.	1.800	AURORA	R\$ 34,41	R\$ 61.938,00
					<b>VALOR TOTAL:</b>	<b>R\$ 147.204,00</b>

**Parágrafo Primeiro** – A presente ata vincula a **COMPROMITENTE** a aquisição do produto nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelo órgão gerenciador e participantes.

**Parágrafo Segundo** - O presente registro de preços não obriga o **MUNICÍPIO** a solicitar qualquer quantidade de material registrado, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**Parágrafo Terceiro** – A utilização da Ata de Registro de Preços demandará a formalização de contrato administrativo entre o **MUNICÍPIO** e a **COMPROMITENTE**, cuja celebração será dispensada de acordo com as hipóteses legais.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

O prazo de validade deste Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. observar a ordem classificatória do registro no momento de emissão da ordem de fornecimento;
- II. realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- III. fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente objeto;
- IV. exercer a fiscalização do fornecimento solicitado;
- V. receber provisória e definitivamente o objeto a ser prestado nas formas definidas;
- VI. fornecer a contratada acesso a todo e qualquer setor das Secretarias Municipais envolvidas, visando a execução das atividades nele previstas;
- VII. realizar permanente pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação e/ou emissão da ordem de fornecimento, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

- I. fornecer o material de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata, observar, sempre, a adequação do prazo de validade do produto;



II. prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no produto fornecido, sempre que a ela imputáveis;

III. acatar as instruções emanadas da fiscalização;

IV. sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento de bens, a menos que expressamente autorizada pelo **MUNICÍPIO**;

V. atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do art. 71, da Lei Federal nº 8.666/1993;

VI. reconhecer que o **MUNICÍPIO** não manterá qualquer vínculo de natureza trabalhista com seus profissionais e empregados, responsabilizando-se o fornecedor por quaisquer acidentes decorrentes de suas atividades;

VII. atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento e do Termo de Referência;

VIII. não transferir ou ceder a outrem a obrigação de fornecer prevista nesta Ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento ao **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado;

IX. arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas;

X. manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pelo **MUNICÍPIO** ao longo da vigência do registro de preços, conforme o previsto no artigo 27 e seguintes da Lei Federal nº 8666/1993 e exigido no edital nº 22 /CPL/2022.

XI. atender a todas as obrigações fixadas no edital e seus anexos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS**

Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo **MUNICÍPIO**, nos termos desta ata, será da ordem de **R\$ 524.502,00** (quinhentos e vinte e quatro mil e quinhentos e dois reais).

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO**

O fornecimento do material deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos de instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial;

**Parágrafo primeiro.** Cada ordem de fornecimento emitida pelo órgão gerenciador, participantes ou não participantes deverá observar os quantitativos mínimos dispostos no Termo de Referência.

**Parágrafo Segundo** - A fiscalização do fornecimento será realizada por servidor designado pelos órgãos gerenciador ou participantes ou por comissão de fiscalização.

**Parágrafo Terceiro** - O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados da consecução do objeto contratado, a adequação as especificações técnicas e a quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização da contratação;



II. definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização da contratação, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**Parágrafo Quarto** - o representante do MUNICÍPIO, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas ao fornecimento do material, determinando o que for necessário à regularização das faltas e os defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**Parágrafo Quinto** – A COMPROMITENTE declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Sexto** – A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento de material não excluem ou atenuam a responsabilidade da COMPROMITENTE, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE**

O **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento de bens, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**Parágrafo Primeiro** - A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento de bens, podendo o **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.

**Parágrafo Segundo** - A reiterada ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo primeiro poderá ensejar a rescisão da ata de registro caso, após formalmente notificada, a **COMPROMITENTE** não venha a sanar a falta com a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.

#### **CLÁUSULA OITAVA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O **MUNICÍPIO** fará o pagamento das parcelas referentes à prestação de serviço por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **COMPROMITENTE**. O pagamento dar-se-á em parcelas mensais referentes ao material efetivamente entregue.

**Parágrafo Primeiro** - O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplimento da obrigação, devendo a **COMPROMITENTE** apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 5.267/2021.

**Parágrafo Segundo** - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **COMPROMITENTE**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

**Parágrafo Terceiro** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

**Parágrafo Quarto** – Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.



**Parágrafo Quinto** – No caso de atraso no pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

#### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA**

Não será exigida garantia Contratual para este Pregão Presencial nas modalidades previstas no art.56 da Lei nº8.666/93..

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO**

A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante termo aditivo.

**Parágrafo primeiro** - A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

I. Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.

II. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

**Parágrafo segundo** - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador deverá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade, desde que a comunicação ocorra antes da autorização de fornecimento ou da ordem de início da prestação do serviço e seja comprovada a veracidade das informações prestadas.

**Parágrafo terceiro** – Nas hipóteses do inciso II e parágrafo terceiro desta Cláusula, caso reste inviabilizada a concretização da contratação com o fornecedor ou prestador de serviço registrado, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

O fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no artigo 61 do Decreto Municipal nº 5.267/2021 nas seguintes hipóteses:

I. descumprir as condições da ata de registro de preços;

II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

V. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.



**Parágrafo Primeiro** – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Segundo** – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da **COMPROMITENTE**, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

**Parágrafo Quarto** – Havendo cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

**Parágrafo Primeiro** - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, segundo Decreto Municipal nº 5.267/2021.

**Parágrafo Segundo** - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

**Parágrafo Terceiro** - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

**Parágrafo Quarto** - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes nos incisos II, III e IV.





**Parágrafo Quinto** - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

**Parágrafo Sexto** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**Parágrafo Sétimo** - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

**Parágrafo Oitavo** - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face do **MUNICÍPIO**, quando não comportarem cobrança amigável.

**Parágrafo Primeiro** – Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

O presente registro não poderá ser objeto de subcontratação no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante o **MUNICÍPIO**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**Parágrafo Primeiro** – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO**

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, a quem compete autorizar a adesão, observados os limites e diretrizes fixados no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

**Parágrafo Primeiro.** Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

**Parágrafo Segundo.** O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

**Parágrafo Terceiro.** O conjunto de solicitação de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao dobro do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA**

A ata devidamente assinada pelas partes deverá ser publicada em diário oficial e divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Paracambi, devendo a autoridade competente adotar as providências necessárias à remessa de cópia ao TCE-RJ.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, 17 de novembro de 2022\_.

---

CLEITON DUTRA DA SILVA

CPF : 030.045.687-56

---

JE COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO LTDA

CNPJ:10.279.705/0001/43

#### **TESTEMUNHAS:**

1 - \_\_\_\_\_

CPF:

2- \_\_\_\_\_

CPF: